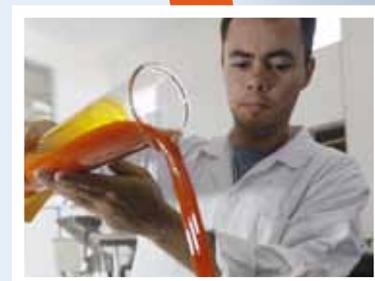


# PARÁ Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA) • ANO 2 • Nº 12 • MAIO / JUNHO / JULHO 2010



## As possibilidades do dendê

Investimentos governamentais e projetos de grandes empresas permitem ao Pará incrementar os números da dendeicultura nacional e a produção de biocombustíveis

# ANÚNCIO DO SESI



## VOTO: MAIS DO QUE UMA ESCOLHA

Uma palavra muito utilizada do nosso riquíssimo vocabulário é democracia. Uma forma de governo que surgiu na Grécia antiga e que, na época, era restrita aos aristocratas.

No século XVIII, surgiu o pensador europeu considerado o “pai da democracia moderna”. Jean-Jacques Rousseau defendia o ideal de liberdade e igualdade baseado na experiência política das antigas civilizações, onde predomina o consenso e, dessa forma, se garantem os direitos de todos.

Avançando um pouco mais no tempo, chegamos à democracia brasileira, mais precisamente no pós-promulgação da Constituição de 1988, que garantiu o direito do voto a homens e mulheres, indistintamente. Foi por meio dela que o Brasil pôde experimentar a concepção pura da democracia, elegendo – de forma direta – o presidente com o voto de todos os cidadãos.

Hoje vivemos uma nova fase da democracia: a chamada poliarquia, pautada na participação e na competição, conceitos apresentados pelo cientista político Robert Dahl, ainda na década de 70. Esta concepção aponta para regimes com disputas de poder e ampliação da participação política.

Baseada em oito condições (liberdade de formar e aderir a organizações; liberdade de expressão; direito de voto; elegibilidade para cargos públicos; direito de líderes políticos disputarem apoio e, conseqüentemente, votos; garantia de acesso a fontes alternativas de informação; eleições livres e idôneas; e instituições que atrelem as políticas públicas às eleições), a democratização do ocidente avançou das oligarquias participativas, onde apenas grandes grupos participavam do processo político, para a poliarquia, onde a inclusão se dá de maneira vertical, mobilizando todos os grupos sociais, garantindo a eles o direito à competição política.

Discussões político-filosóficas à parte, defendo que a democracia vai além da concepção do “governo do povo” ou de participação popular em eleições. Pressupõe a cidadania, a garantia dos direitos e o exercício dos deveres na busca pelo bem social. Democracia é algo coletivo

e não restrito, como era na Grécia, e muito mais concreto do que a utopia de Rousseau. Democracia vai além do simples gesto de votar.

Não quero polemizar. Se nossa democracia está atrelada à escolha de nossos governantes, temos que tornar essa escolha a mais sábia e correta possível. Está em nossas mãos elegermos aqueles que estão aptos ao desafio de enfrentar os problemas que atrapalham o nosso potencial de crescimento socioeconômico. Temos que escolher aqueles que nortearão estratégias inovadoras e sustentáveis, não só para os trabalhadores, mas para os geradores de empregos nos diversos segmentos produtivos.

Aqui cito especialmente a indústria. Quem quer que

**Quem quer que seja o nosso governante, ele terá que criar oportunidades inovadoras para expandir nossa indústria, atrair novos empreendimentos e aumentar a produtividade.**

seja o nosso governante, ele terá que criar oportunidades inovadoras para expandir nossa indústria, atrair novos empreendimentos e aumentar a produtividade.

Nós, empresários, queremos isonomia tributária, novas fronteiras de negócios e agregação de valor aos nossos produtos. Mas isso depende de um ambiente interno propício ao desenvolvimento e a uma nova estrutura industrial. Só assim conseguiremos consolidar a indústria socialmente responsável e ambientalmente sustentável.

Parte da nova indústria será produto da melhoria do ambiente econômico que nasce da agenda de competitividade e envolvimento dos gestores. Os empreendedores respondem rápido às novas condições de capital de risco, infraestrutura, tributação e desburocratização. Os gestores devem entrar neste mesmo dinamismo.

O futuro da economia brasileira depende, fundamentalmente, das estratégias traçadas para a atividade industrial. Essa consciência começa no momento do voto. Democracia e desenvolvimento andam juntos, pelo menos na democracia atual. A indústria faz parte deste processo e, como tal, vai exercer esse direito. ■



**Diretoria da Federação das Indústrias do Pará / FIEPA**  
**Quadriênio 2006/2010**

**PRESIDENTE:** José Conrado Azevedo Santos

**VICE-PRESIDENTES**

Sidney Rosa - 1º VICE-PRESIDENTE

Gualter Parente Leitão - 2º VICE-PRESIDENTE

Manoel Pereira dos Santos Jr.

Luiz Carlos da Costa Monteiro

Antônio Georges Farah

Ronaldo Maiorana

Roberto Kataoka Oyama

Juarez de Paula Simões

Fernando Antônio Ferreira

Nilson Monteiro de Azevedo

Luiz Otávio Rei Monteiro

**DIRETORES**

José Duarte de Almeida Santos - DIRETOR SECRETÁRIO DA FIEPA

Antônio Djalma Vasconcelos - 2º DIRETOR SECRETÁRIO

Ivanildo Pereira de Pontes - DIRETOR EXECUTIVO

Roberto Rodrigues Lima - 2º DIRETOR TESOUREIRO

Carlos Jorge da Silva Lima

José Maria da Costa Mendonça

Marcos Marcelino de Oliveira

Fábio Ribeiro Vasconcelos

Jefferson Rodrigues Brasil

Antônio Pereira da Silva

Pedro Flávio Costa Azevedo

Paulo Afonso Costa

Jadir Seramucin

Antônio Emil Macedo

Eugênio Carlos Lopes Victorasso

Hélio de Moura Melo Filho

Ana Clara Rodrigues Boralli

Sonia Kerber

**CONSELHO FISCAL**

**Efetivos:**

Fernando de Souza Flexa Ribeiro

Luizinho Bartolomeu de Macedo

Lísio dos Santos Capela

**Suplentes:**

José Roberval Souza

João Batista Corrêa Filho

**CHEFIA DE GABINETE**

Fabio Contente

## PARÁ Industrial

Revista do Sistema Federação das Indústrias do  
Estado do Pará (FIEPA / SESI / SENAI / IEL)

**PRODUÇÃO**

**[temple]**  
COMUNICAÇÃO

Av. Conselheiro Furtado, nº 2865

Edifício Síntese 21 - 12º andar

Bairro São Brás | Cep: 66040-100

[www.temple.com.br](http://www.temple.com.br) | [temple@temple.com.br](mailto:temple@temple.com.br)

**REDAÇÃO**

**Coordenação:** Cleide Pinheiro

**Edição:** Rosana Maciel

**Projeto gráfico:** Calazans Souza

**Tratamento de imagem e diagramação:** Antônio Machado, Calazans Souza e  
Julio Brasília

**Reportagens:** Alessandra Barreto, Anderson Araújo, Bosco Galvão, Camila  
Gaia, Fabrício Gesta, Jones Santos, Lorena Nobre, Nathalia Petta e Yuri Age

**Fotos da capa:** Agência Vale e Tarso Sarraf

**Revisão:** Ivanildo Pontes

**PUBLICIDADE**

Temple Comunicação

Walkiria Medeiros – [walkiria@temple.com.br](mailto:walkiria@temple.com.br)

(91) 3205-6526 / 3205-6500

**Impressão:** Sagrada Família

**Tiragem:** 15.000 exemplares

**FIEPA:** Travessa Quintino Bocaiúva, nº 1588. Cep: 66035-190.

(91) 4009-4900 / (91) 3224-1995

[ascom@fiepa.org.br](mailto:ascom@fiepa.org.br)

\*As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus  
autores, não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.



## INOVAÇÃO INDUSTRIAL

*Copala vai instalar em Moju a siderúrgica mais moderna do país.*

Pág. 12



## DE OLHO NA REDE

*Empresas descobrem as boas oportunidades das mídias sociais*

Pág. 40



## AÇÃO GLOBAL 2010

*Pela primeira vez, empresas são parceiras do evento que beneficiou mais de 12 mil pessoas. Pág. 34*

**3 • EDITORIAL**

*José Conrado: a importância do voto para o desenvolvimento do país*

**14 • COMPETITIVIDADE**

*Projeto Norte Competitivo indica prioridades de infraestrutura que ajudarão a desenvolver a região*

**18 • DESENVOLVIMENTO**

*Marabá e região vivem momento favorável ao desenvolvimento*

**26 • ECONOMIA**

*ZEE de regiões do Pará é passo importante para práticas sustentáveis de economia*

**30 • NEGÓCIOS**

*Vender para o governo pode ser uma boa oportunidade de negócio*

**36 • CAPACITAÇÃO**

*Empresas apostam em cursos para qualificação de seu quadro de pessoal*

**38 • SENAI**

*Pará pode ter representante na maior competição de qualificação profissional do mundo*

## A RIQUEZA QUE VEM DO DENDÊ

Investimentos públicos e privados colocam o Pará em momento estratégico na produção de biodiesel

Pág. 22



**RADAR DA INDÚSTRIA – 7**

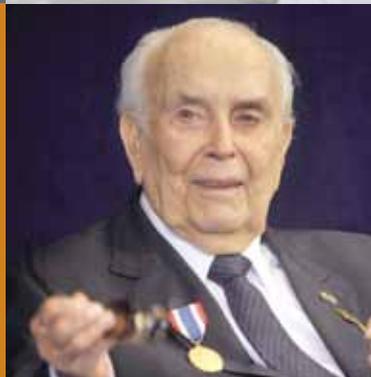
*Navio-escola do Senai realiza cursos no oeste do Pará*

**VIDA CORPORATIVA – 33**

*Cigarro: ele pode ser um problema no trabalho*

**INDÚSTRIA EM FOCO**

*O uso do biodiesel na prática no sudeste do Pará*



VALÉRIA BARRIOS

“O conceito do desenvolvimento sustentável surgiu com o Projeto Carajás, que associava as partes ambiental, social e econômica. O Pará está na raiz de muita coisa e pouca gente sabe disso.”

**ENTREVISTA:**

*Eliezer Batista, ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Pág. 8*

**COLABORAÇÃO**

**20 • IVANILDO PONTES** - Diretor executivo da FIEPA

**42 • WILTON BRITO** - Economista e assessor econômico da FIEPA

## ZPE I

O Governo do Estado lançou, no final de maio, a pedra fundamental da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) de Barcarena, uma área de quase mil hectares, onde deverão se instalar mais de 30 empresas, além da Companhia de Alumina do Pará (CAP). Juntamente com o pontapé inicial das obras, a governadora Ana Júlia Carepa assinou o decreto de regulamentação da Lei nº 7.400, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas que vierem a se instalar em ZPEs localizadas no Pará.

## ZPE II

O decreto torna diferenciado o pagamento do ICMS incidente nas operações e prestações com mercadorias e bens produzidos por contribuintes que vierem a se instalar em ZPEs localizadas no Pará. Assim, estas empresas poderão desfrutar da suspensão de impostos e contribuições federais, tais como IPI, PIS, Cofins e PIS-Importação. O governo também garante redução de 74% no Imposto de Renda e diferenciação no pagamento do ICMS.

LUCIVALDO SENA / AGÊNCIA PARÁ



## HONRA AO MÉRITO

O presidente do Sindicato da Indústria de Panificação do Pará, Elias Pedrosa, recebeu certificado de Honra ao Mérito concedido pela Câmara Municipal de Belém. Em seu discurso, reforçou a importância da profissionalização do setor de panificação.

E o primeiro passo nesse sentido já foi dado com a certificação da primeira turma do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias no Pará. Vinte empresas filiadas ao sindicato receberam consultoria nas áreas administrativa, de produção e marketing, visando à melhoria na gestão das panificadoras.



## CENTRO PROFISSIONALIZANTE

Uma parceria entre o Sistema FIEPA e a Prefeitura de Ananindeua levará àquele município um moderno centro para formação, educação e profissionalização para os trabalhadores da indústria. Ao Sistema FIEPA, caberá a construção da estrutura física. À prefeitura do município coube a doação do terreno de 5.400 m<sup>2</sup>, localizado na Avenida Cláudio Saunders (antiga Estrada do Maguari). A expectativa é que o centro comece a funcionar já no começo de 2011, oferecendo cursos e um espaço para atividades de lazer.

## Nova coordenação da Ação Pró-Amazônia

O presidente da FIEPA, José Conrado Santos, é o novo coordenador da Ação Pró-Amazônia até o final de 2011. O novo titular da entidade - que congrega as nove Federações das Indústrias da região - terá como missão dar continuidade as ações em prol do desenvolvimento da Amazônia, dentre as quais a conclusão do Projeto Norte Competitivo e a isonomia tributária de todos os estados da região.

## Exposibram Amazônia

Dados do Instituto Brasileiro de Mineração mostram que empresas do setor pretendem investir US\$ 40 bilhões na Região Norte até 2014. Essa grande potencialidade mineral da Amazônia, ao atrair relevantes investimentos e transformar a dinâmica da economia na região, gera uma rica pauta sobre sustentabilidade. Na edição 2010 da Exposibram Amazônia, que ocorre entre os dias 22 e 25 de novembro, no Hangar, o setor vai apresentar e discutir as perspectivas de investimentos na região e propagar a sustentabilidade na mineração. Grandes empresas já confirmaram participação. Na internet, o site [www.exposibram.org.br](http://www.exposibram.org.br) traz as informações sobre o evento.



• **Unidade fluvial do Senai: capacitação itinerante**

### SAMAÚMA

Mais de 1.300 pessoas serão beneficiadas pela unidade Fluvial Samaúma, do SENAI. A embarcação percorrerá o Baixo Amazonas até outubro, para capacitar as comunidades mais afastadas onde a entidade não possui unidade fixa de atendimento. Monte Alegre será o primeiro município a receber os 16 cursos de profissionalização. Prainha e Almeirim também receberão a visita do navio-escola.

CLAUDIO SANTOS



### INDÚSTRIA EM PRIMAVERA

O município de Primavera, no nordeste paraense, vai receber um completo parque fabril do Grupo Votorantim para a produção de cimento. O investimento de R\$ 380 milhões se justifica pela descoberta, no município, de uma mina de calcário, principal matéria-prima para a produção do cimento. A fábrica deve entrar em operação no início de 2012, criando cerca de 600 empregos. A produção é estimada em 1,6 milhão de toneladas por ano, sendo que 87% deverão abastecer o estado para a construção de empreendimentos como Belo Monte e Aços Laminados do Pará (Alpa).

**U**ma das maiores lideranças empresariais do Brasil, o ex-presidente da Vale, Eliezer Batista, colaborou diretamente para o desenvolvimento da cadeia mineral no Pará. Quando à frente da então Companhia Vale do Rio Doce, ele idealizou o Projeto Carajás, a primeira iniciativa que deu início ao boom mineral, projetando a Região de Carajás como a maior província mineral do mundo.

Por sua atuação em prol do desenvolvimento do Pará e da Amazônia, Eliezer foi homenageado pela FIEPA com a medalha Mérito Industrial “Simão Miguel Bitar”, entregue no final de maio, durante a programação de comemoração do Dia da Indústria.

Em sua breve visita a Belém, Eliezer Batista concedeu entrevista à PARÁ INDUSTRIAL, na qual ele destaca a importância da logística para o desenvolvimento da atividade produtiva, os desafios da Vale para tornar econômica a extração mineral no estado e a importância no investimento em pesquisa, ciência e tecnologia. Eliezer critica a falta de visão sistêmica e holística dos grandes projetos implantados no país e afirma: “O Brasil virou um favelão gigantesco.” Para evitar o processo de favelização que se forma no entorno dos grandes projetos, o entrevistado aponta para a gestão integrada do território e o desenvolvimento sustentável.

Aos 86 anos, Eliezer Batista - que é natural de Nova Era, Minas Gerais - continua acreditando no futuro do Brasil e atuando de forma empreendedora nas diversas regiões do país. Além de ser um personagem importante da iniciativa privada, ele também foi ativo colaborador do governo. Como presidente da estatal Companhia Vale do Rio Doce, ex-ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo Collor e titular do Ministério de Minas e Energia do governo João Goulart, Eliezer incorporou o empreendedorismo à gestão pública.

Tamanho empreendedorismo não se restringe à sua atuação. Esta característica foi transmitida aos herdeiros. Dentre seus sete filhos, destaca-se Eike Batista, o homem mais rico do Brasil e o oitavo com maior fortuna em todo o mundo, segundo *ranking* da revista norte-americana Forbes.

Para o entrevistado, oportunidades existem. Basta que o governo elabore políticas públicas que propiciem um ambiente favorável ao empreendedorismo “típico” do brasileiro.

# PARA CRESCER, É PRECISO UM AMBIENTE FAVORÁVEL

**PARÁ INDUSTRIAL - Durante a década de 60, quando o senhor esteve à frente da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), os desafios eram muito grandes para tornar a estatal economicamente viável. Quais foram as estratégias para consolidar a mineração no Brasil?**

**ELIEZER BATISTA -** A CVRD não foi construída como empresa de mineração, como se pensa. Tínhamos um grande desafio, que era vender produto que não valia quase nada, naquela época. Nos anos 60, o minério de ferro variava entre US\$ 3,6 a US\$ 5 a tonelada e o nosso único mercado, os americanos, no pós-guerra, deixaram de comprar o nosso minério. Eles não precisavam mais do minério brasileiro. Então, foi preciso encontrar um novo parceiro, que no caso foi o mercado japonês. A dificuldade era que vender o minério de ferro mais barato como matéria-prima, na maior distância do mundo, a

um mercado que era nosso antípoda. Este foi o grande desafio que criou a Vale. Não foi a questão da mineração em si. O minério era apenas um *feeder* desse processo.

**PARÁ INDUSTRIAL - E o Projeto Carajás. Em que momento exatamente o governo decidiu investir no minério amazônico?**

**ELIEZER BATISTA -** A decisão definitiva de construir Carajás foi tomada pelo general Figueiredo, em 1979, quando eu voltava da Europa para assumir a presidência da Vale, pela segunda vez. Até então, as tentativas de aproximação do problema eram todas muito vagas e, assim mesmo, com muitas pressões políticas, particularmente provenientes do estado de Minas Gerais. O contexto era muito negativo, uma vez que o cenário financeiro do país e da própria companhia não eram



**O conceito do desenvolvimento sustentável surgiu com o Projeto Carajás, que associava as partes ambiental, social e econômica. O Pará está na raiz de muita coisa e pouca gente sabe disso.”**

favoráveis a implantação de um projeto de tamanha magnitude, como o de Carajás.

**PARÁ INDUSTRIAL** - Instalado ainda na década de 70, o Projeto Carajás trouxe consigo a visão inovadora, para a época, do desenvolvimento sustentável. Surgiram com ele a Floresta Nacional de Carajás e a própria cidade de Parauapebas. Qual a vantagem efetiva dos grandes projetos, em sua maioria provenientes do capital estrangeiro, investirem em desenvolvimento sustentável?

**ELIEZER BATISTA** - O conceito do desenvolvimento sustentável surgiu com o Projeto Carajás, que associava as partes ambiental, social e econômica. O Pará está na raiz de muita coisa e pouca gente sabe disso. Foi neste estado que modelos de desenvolvimento sustentável começaram a ser

desenvolvidos. Com este projeto, construímos uma cidade que custou US\$ 400 milhões e fizemos um milhão de hectares de floresta no entorno de Carajás. A vantagem? Se os idealizadores dos grandes projetos se esquecem do entorno das áreas de impacto, condenam estes empreendimentos a acabarem como pavão de favela. O projeto poderá até se tornar viável economicamente, mas miséria será criada em seu entorno, provocando problemas sociais, como a violência.

**PARÁ INDUSTRIAL** - Com uma história de quase 40 anos, a mineração paraense ainda está centrada na exportação de matéria-prima, com poucas iniciativas de verticalização. A que o senhor atribui esta realidade?

**ELIEZER BATISTA** - A industrialização mineral depende muito de políticas do governo e do empreendedorismo local. O empreendedorismo é uma coisa que o Brasil precisa cultivar. O brasileiro é empreendedor por natureza, mas é preciso de um ambiente próprio para que esta característica possa florescer. Em alguns estados já está sendo construído este ambiente. É o caso do Espírito Santo, ►



**O Pará tem equivalência econômica ao sudeste do Brasil, desde que seja instalado um adequado sistema de logística, que viabilize o transporte da produção e dê competitividade aos produtos locais.”**

onde foi realizada a prospecção sistemática dos recursos minerais. Sei que aqui no Pará, isto também começa a ser pensado. A FIEPA está produzindo um estudo que permitirá a sistematização das cadeias produtivas e isto viabilizará parte deste ambiente. Será preciso que as autoridades também promovam políticas para o surgimento de um ambiente favorável à verticalização.

**PARÁ INDUSTRIAL** - O Pará, dada a sua posição geográfica e os vários prognósticos existentes, tem grandes condições de ser a principal alternativa ao gargalo do escoamento da produção brasileira. No entanto, apenas uma pequena parte dessa produção é escoada por aqui. O que falta para que o

**estado desponte como um importante entreposto comercial?**

**ELIEZER BATISTA** - O que falta ao Pará é apresentar um programa de logística integrada porta a porta. É pensar o desenvolvimento do Porto de Espadarte, juntamente ao desenvolvimento do Porto de Ponta da Madeira, no Maranhão. A FIEPA caminha neste sentido, com o Projeto Norte Competitivo, mas é preciso avançar. Todos os estados da região precisam ter seus modais logísticos interligados. Lembremos que logística vem do grego logistikos, ou seja, aquele que sabe calcular racionalmente. O Pará poderá ser um entreposto não só da região, mas do Brasil se utilizar deste cálculo racional, se interligar sua logística com os estados vizinhos.

**PARÁ INDUSTRIAL** - Investimentos superiores a US\$ 50 bilhões são previstos até 2014. É uma curva importante na trajetória econômica do Pará, que vai produzir efeitos por muitos outros anos. A que o estado e a elite econômica regional deveriam estar atentos para aproveitar essas oportunidades?

**ELIEZER BATISTA** - O Pará tem equivalência econômica ao sudeste do Brasil, desde que seja instalado um adequado sistema de logística, que viabilize o transporte da produção e dê competitividade aos produtos locais. Além disso, o estado precisa acompanhar os empreendimentos aqui instalados para que estejam baseados na gestão integrada do território. Nós não temos capital suficiente para aguentar essa brincadeira de espalhar projeto a todos os lados, sem um critério que garanta resultados macro e dispêndios mínimos. Os grandes projetos geram sinergia com iniciativas empreendedoras de menor porte. Precisamos aproveitar esta relação sinérgica. Um exemplo disso é a indústria siderúrgica. Sabemos que ela atrai a metal-mecânica, logo, quando pensada a siderurgia, é preciso dar condições no seu entorno para a implantação de outros projetos. Já estamos fazendo isso em Minas Gerais, pensando o projeto principal e seu entorno. Gostaríamos de aplicar isto na Amazônia e, sobretudo, aqui no Pará.

FABIO PINA



**PARÁ INDUSTRIAL - Porque especificamente o Pará? Qual o diferencial deste em relação aos outros estados da federação?**

**ELIEZER BATISTA** - Acredito no futuro do Pará. Este é o estado que tem as maiores possibilidades de desenvolver. As riquezas naturais daqui, tanto na área mineral quanto na silvoagrícola, são muito grandes. Então, a logística e a gestão integrada do território são fundamentais. A concepção sistêmica do Projeto Norte Competitivo e a clarividência do presidente (José) Conrado vão dar condições para que o Pará chegue junto aos estados do sudeste brasileiro.

**PARÁ INDUSTRIAL - O grande volume de investimento que o estado receberá nos próximos anos estimulará a demanda por mão de obra qualificada. Em algumas regiões brasileiras, a falta de trabalhadores qualificados já é um problema. Como reverter este quadro em um curto espaço de tempo?**

**ELIEZER BATISTA** - A qualificação do capital humano, portanto a educação, tem que ser encarada como ponto fundamental em qualquer projeto de qualquer magnitude. Para dar este suporte na educação, é preciso criar escolas profissionalizantes em todos os níveis. Esta é a solução para reverter o quadro deficitário de mão de obra qualificada. A pesquisa, ciência e tecnologia são áreas que estão em avanço constante e a educação precisa seguir o mesmo ritmo. Se determinado empresário não acompanhar o andamento da ciência, ele corre o risco de inaugurar a mais nova fábrica obsoleta do mundo.

**PARÁ INDUSTRIAL - Fora os US\$ 50 bilhões já anunciados,**



**A qualificação do capital humano, portanto a educação, tem que ser encarada como ponto fundamental em qualquer projeto de qualquer magnitude. Para dar este suporte na educação, é preciso criar escolas profissionalizantes em todos os níveis. Esta é a solução para reverter o quadro deficitário de mão de obra qualificada."**

**o setor industrial paraense poderá ter outros motivos para comemorar. Começam as especulações sobre projetos de extração de petróleo no estado. O senhor tem conhecimento desses investimentos?**

**ELIEZER BATISTA** - Não tenho a menor dúvida que, se estudarem a existência do petróleo no Brasil, encontrarão aqui também. Com certeza absoluta. Mas, mais que a questão do petróleo, tem uma descoberta nova que vai interessar muito ao Pará. A empresa do meu filho Eike, descobriu no Rio Parnaíba um grande depósito de gás. Isso pode ser muito vantajoso ao Pará. Já estão perfurando lá e os estudos sísmicos mostram que ali tem petróleo e grandes reservas de gás natural. Esta sim, poderá ser mais uma nova potencialidade do estado do Pará. ■

## Inovação na siderurgia

*Moju ganha a mais moderna siderúrgica do país com a instalação de uma unidade da Copala*



Seguindo os bons ventos do crescimento industrial no Pará, a Copala, uma das pioneiras na fabricação de aço no Norte do país, se prepara para implantar sua nova indústria no município de Moju, distante 61 quilômetros da capital paraense. A siderúrgica, com previsão de início de suas atividades para 2012, terá o status de a mais moderna do país, graças a uma parceria da empresa com o grupo italiano Danielli, referência no ramo da siderurgia.

A expectativa é de que o contrato de implantação do negócio seja assinado até o fim de junho deste ano. Após isso, em um prazo de dois anos, a siderúrgica estará pronta para funcionar. “Em janeiro deste ano, assinamos um contrato de intenções com o Governo do Estado, que garantiu apoio na transferência da indústria para o Moju. Na ocasião, o secretário estadual de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (Sedect), Maurílio Monteiro, se comprometeu a estudar pleito de incentivos estaduais para garantir o empreendimento e também a intermediar negociações com instituições de financiamento”, explica o diretor



• **Fábrica da Danielli no Texas (EUA) que servirá de modelo pras instalações de Moju**

da Copala, José Mendonça.

A mudança da fábrica instalada em Belém para o Moju vem sendo pensada há algum tempo. Em funcionamento há 59 anos no bairro do Guamá, próximo ao campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), a empresa, que antes ficava isolada, viu a cidade crescer ao seu redor. “A Copala, quando começou, era localizada em um lugar considerado distante do centro, mas o tempo passou e a cidade chegou até nós. A estrutura atual já não atende 100% as nossas necessidades de produção e nos vimos sem ter como crescer em Belém, por isso, resolvemos interiorizar a produção”, conta Paulo Roberto Nunes, gerente do departamento

de qualidade da Copala.

Outra vantagem da interiorização é a localização da nova fábrica. O terreno que abrigará a planta industrial fica às margens do rio Moju e próximo ao Ramal do Jambuaçu, o que facilitará tanto a recepção da matéria-prima quando o escoamento da produção via fluvial e terrestre. “A área para a implantação do projeto foi disponibilizada pela prefeitura municipal de Moju e possui um total de 60 hectares que deverá ser expandido futuramente”, completa o gerente de qualidade, ressaltando que a fábrica será envolta por um “cinturão verde”, já que as áreas verdes da região serão preservadas.

## Inovações

Utilizando como matéria-prima sucata comprada de grandes empresas da região, a nova Copala terá como característica principal o fato de ser pequena, compacta e de alta produtividade. A área da fábrica será de apenas 300 metros de comprimento por 40 metros de largura. Com investimento de US\$ 220 milhões para a sua implantação, terá potencial de fabricar 150 mil toneladas ao ano de vergalhões destinados a construção civil e fio máquina para uso geral, seis vezes mais que a produção atual.

“Para se ter uma ideia, hoje a indústria produz uma média de 2 mil toneladas mês e passará a produzir 12 mil toneladas ao mês. Além disso, nossas barras de vergalhão terão variação de tamanho de 10 mm a 25 mm, enquanto que hoje essa variação é de 10 mm a 12,5 mm”, comenta Paulo Nunes.

A nova Copala seguirá um processo de produção em linha reta e totalmente automatizado, controlado pelas mais modernas tecnologias. Durante o beneficiamento da sucata, não haverá contato humano no processo, como acontece hoje, mas, isso não significa que haverá redução no corpo técnico da empresa. “Ao contrário do que se pensa, haverá um aumento considerável de mão de obra porque nossa produção vai crescer em seis vezes e vamos precisar de gente”, afirma Paulo Roberto

A perspectiva é que a implantação da nova siderúrgica gere 700 empregos diretos e 9 mil indiretos. Além disso, pelo menos 32 funcionários da empresa receberão capacitação para atuarem na automação, manutenção e operação da fábrica. Parte do treinamento acontecerá na Itália. A mão de obra local também será aproveitada e será qualificada por meio de parcerias com instituições de ensino, como o Instituto Federal do Pará (IFPA), UFPA, Universidade do Estado do Pará e Senai. ■

## PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

As vantagens da nova unidade industrial não estão restritas ao aumento de sua capacidade produtiva. Um dos diferenciais da nova siderúrgica é justamente seu compromisso com o meio ambiente. As tecnologias trazidas pela Danieli reduzem em até 99,9% a emissão de gases poluentes na atmosfera, além de utilizar água reciclada e energia química, reduzindo os custos da produção e impacto no meio ambiente. “Dentro da nova instalação teremos uma fábrica de oxigênio que ao gerar reações produz a chamada energia química que auxiliará a energia elétrica, utilizada no processo de fundição da sucata”, explica Paulo, ressaltando que o consumo de energia terá uma redução de 800 quilowatts por hora para 460 quilowatts por hora.

Além da economia de energia, durante o processo produtivo uma tubulação capta as emissões do forno e os encaminha para o sistema de tratamento de gases, que faz o controle da poluição. “São vários tubos ligados aos fornos que, por meio de uma bomba de exaustão, sugam essas emissões. Todas as emissões passam por um ciclone, onde a fumaça é liberada após o

tratamento e a poeira resultante do processo é aspirada para um sistema de mangas que a prepara para ser reciclada”, explica Paulo.

A poeira resultante do processo nada mais é que uma ferrugem, como se fosse um minério de ferro, que pode ser utilizado na pavimentação asfáltica, por exemplo. Vale ressaltar que o novo processo de tratamento de gases está dentro dos padrões internacionais de controle de poluição, mesmo porque, as novas instalações ficam a poucos metros da área urbana de Moju.

Outro processo importante é a reciclagem da água utilizada durante laminação do aço, que consiste em uma sucessão de compressões que o material irá receber para ser transformado do formato quadrado para o perfil cilíndrico. “Ao final da laminação existe o sistema de tratamento térmico, um processo de resfriamento feito 100% com água que aumenta a resistência mecânica sem mexer na composição química do produto. Grande parte da água utilizada no processo deverá ser oriunda do rio Moju, mas depois de utilizada ela será reciclada, tratada e devolvida em perfeitas condições para o meio ambiente”, explica Paulo Nunes.



• Parte da equipe envolvida no processo de instalação da nova fábrica



# Por uma região mais competitiva

*Estudo das Federações das Indústrias da Região Norte lista prioridades em infraestrutura e logística que ajudarão a garantir mais oportunidades para produtores locais*





“Que a Amazônia e, em especial o Pará, tem uma posição geográfica bastante vantajosa frente aos demais estados brasileiros, é algo que todos sabemos. No entanto, precisamos dar condições para que esta vantagem seja viabilizada, efetivando a competitividade da produção desta região.” O argumento do consultor Renato Pavan justifica a importância do Projeto Norte Competitivo, cujos estudos apontam as mais importantes cadeias produtivas da região e os seus gargalos nos principais modais que escoam a produção local.

Coordenado pela Ação Pró-Amazônia, entidade que congrega as nove Federações das Indústrias da Região Norte, o Norte Competitivo representa a sinalização dos empresários locais sobre o que é preciso fazer para desenvolver economicamente a região. “Este estudo dá condições de enxergar não só a realidade produtiva do Pará, como de todos os estados

da Região Norte. Nossa expectativa é que, a partir deste levantamento, o governo federal compreenda melhor nossas especificidades e produza não só políticas públicas, mas obras que realmente integrem a Amazônia brasileira”, ressalta José Conrado Santos, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA).

As boas intenções dos governos existem, diz o presidente. Há projetos estruturantes previstos para melhorar as condições logísticas da região amazônica, no entanto os recursos são escassos. Com esse estudo, a Ação Pró-Amazônia quer amparar a pauta de investimentos, listando as obras prioritárias e, assim, tornando a produção local mais competitiva diante das outras regiões do Brasil.

No que se refere à produção industrial do Pará, por exemplo, apontou uma concentração nas regiões nordeste, sudeste e sudoeste do estado, além de *rankear* os maiores produtos da indústria regional. De

acordo com o estudo, em 2008, a alumina ficou em primeiro com uma produção de 5.030 mil toneladas, seguida pelo ferro-gusa (1.989 mil toneladas) e pela madeira serrada (1.304 mil toneladas).

As cadeias produtivas do setor extrativo mineral e florestal e da agropecuária também fazem parte do mapeamento. Neste último item, o estudo conclui que a produção de mandioca, bovinos e soja vem se expandindo na fronteira com o Maranhão e Tocantins.

Outro ponto abordado pelo projeto é com relação à identificação de gargalos. O estudo é bastante criterioso ao traçar o mapa dos modais da região. De acordo com Renato Pavan, consultor da Macrologística, empresa responsável pelo estudo, foram utilizadas uma série de premissas que permitiram estimar a capacidade da movimentação nas rodovias e, a partir delas, foi tirado o cálculo dos gargalos. ▶



Uma área verde com mais de 1 milhão de hectares



• **Porto de Belém: modal portuário da Região Norte é subaproveitado em razão de uma logística deficiente que encarece os custos do transporte**

O estudo cita o exemplo do transporte rodoviário de Marabá à Barcarena, via PA-150, que já está com sua capacidade superada em 157%. Outro modal apontado refere-se à Estrada de Ferro de Carajás. Segundo análise apresentada, essa alternativa ferroviária ainda não é tida como um entrave para a produção, mas merece atenção, já que está operando próximo à sua capacidade, com cerca de 80% das 36,5 milhões de toneladas por trimestre.

Caso nada seja feito e o ritmo da produção mineral permaneça o mesmo, o estudo projeta que, em 2020, a utilização da ferrovia terá sua capacidade extrapolada em 56%, inviabilizando grande parte do escoamento da produção local. O cenário merece ainda mais atenção quando se constata que é o sudeste paraense que movimenta o maior fluxo de cargas em toda a Amazônia Legal: quase 74% da movimentação de cargas está concentrada em apenas uma rota de exportação, que liga a região ao complexo portuário de São Luís (MA).

O Norte Competitivo apresenta também um estudo aprofundado da realidade atual do transporte de cargas por meio fluvial e um mapeamento dos rios navegáveis na Ama-



*Atualmente, parte da produção de soja do Mato Grosso é exportada pelos portos da Região Sul. Isso acontece porque, apesar de os portos da Região Norte serem mais próximos, as atuais condições de logística de integração atrasam o transporte, encarecendo-o.”*

Renato Pavan, consultor da Macrologística

zônia Legal, que conta com mais de 21,5 mil quilômetros. O percurso do Rio Trombetas, do trecho que vai de Oriximiná à Santarém, por exemplo, está com a capacidade de 115%, sendo que apresenta condições para transportar 4,9 milhões de toneladas por trimestre, mas, atualmente, conduz uma produção de 5,6 milhões.

## PRIORIDADES E ALTERNATIVAS

A primeira parte dos estudos do Norte Competitivo também aponta soluções e justificativas para a priorização de obras. O corredor da hidrovia do Madeira (que corta os estados de Rondônia, Amazonas e o Pará) no sentido norte, por exemplo, é apresentado como uma rota em potencial para movimentar cargas de seis mesorregiões, mas, para isto, é necessária a recuperação e a adequação da BR-364, que tem início no norte matogrossense e chega até Porto Velho, em Rondônia. “Esta rodovia não tem condições atuais adequadas para o escoamento da safra da produção



graneleira do Mato Grosso”, avalia Renato Pavan.

O consultor da Macrologística, utilizando-se do exemplo da BR-364, justifica que o investimento na recuperação e adequação da estrada, poderia ser bem menos custoso que outras obras de infraestrutura e teria um resultado satisfatório para a economia local. “Atualmente, parte da produção de soja do Mato Grosso é exportada pelos portos da Região Sul. Isso acontece porque, apesar de os portos da Região Norte serem mais próximos, as atuais condições de logística de integração atrasam o transporte, encarecendo”, explica.

A segunda fase do projeto Norte Competitivo, que possivelmente

será financiada pelo Ministério da Integração, por meio da Sudam, produzirá uma lista de projetos prioritários que reduzam os custos logísticos e aumentem a competitividade de toda a Amazônia Legal. “A Sudam está interessada na conclusão deste trabalho. Vamos tentar buscar os recursos para o financiamento de várias maneiras. Tentaremos via Ministério de Integração e, para isso, apresentarei o projeto ao Condel (Conselho Deliberativo da Sudam), para que os conselheiros, dentre os nove governadores da Amazônia, conheçam os benefícios que este projeto está tentando alcançar”, explicou o superintendente da Sudam, Djalma Bezerra.

Os custos logísticos idealizados

pelo projeto não se restringem apenas à Amazônia brasileira. Corredores internacionais também estão sendo estudados para avaliar a viabilidade econômica e perspectiva de expansão do mercado local para com os países vizinhos como Guiana Francesa, Venezuela, Equador e o Chile (via Bolívia).

Na segunda fase do projeto, desenvolvido pela Ação Pró-Amazônia, também serão levantados todos os custos envolvidos no processo de escoamento da produção. Serão considerados o valor do frete, transbordo, valor de armazenagem e os custos portuários, evidenciando o montante logístico total de cada cadeia produtiva, apontando as vantagens de cada um dos modais.

Já se sabe, por exemplo, que o meio rodoviário faz 25 quilômetros por litro para transportar carga de uma tonelada, enquanto que o ferroviário faz 85 e o fluvial 218 quilômetros. “Aí está a competitividade que estamos atrás. Com base neste mapeamento completo da realidade logística da região amazônica, será possível sugerir aos governantes o melhor caminho a ser seguido. Se investir na hidrovia ou na ferrovia. Se asfaltar a PA-150 ou melhorar o trecho da BR-163. Se as prioridades saírem do papel, nossa produção terá mais condições de se equiparar as de outras regiões”, aponta Conrado. ■



Quase 13 vezes maior  
que a área da cidade de Belém

## Na rota do crescimento

*Novos investimentos e projetos fazem da região sudeste do estado um polo de desenvolvimento. Nesse cenário, Marabá se apresenta como o centro de negócios*

**M**arabá terá muitos bons motivos para comemorar em grande estilo o seu centenário, em 2013. O município paraense entrou definitivamente na rota dos bons negócios para empresas de todos os portes, principalmente a partir do anúncio da instalação da siderúrgica Aços Laminados do Pará (Alpa), empreendimento da Vale que deve começar suas operações justamente no ano do centenário, mobilizando R\$ 5,2 bilhões em investimentos.

Desde sua fundação, Marabá é um polo de desenvolvimento na região sudeste do estado, mas o caráter da economia local mudou significativamente ao longo do tempo. A cidade se estabeleceu inicialmente como entreposto comercial, depois se transformou em centro das atividades agropecuárias naquela região e, mais recentemente, também é um polo urbano para as atividades industriais impulsionadas pela cadeia produtiva da mineração.

Atualmente, as perspectivas de avanços são ainda mais significativas para a população marabaense.



• Estrada de Ferro Carajás (alto) e distrito industrial de Marabá: suporte ao desenvolvimento da região

Desde o anúncio da instalação da Alpa, Marabá e seus municípios vizinhos vivem a expectativa de crescimento para a região. Afinal, não são poucos os investimentos que chegam ao sudeste paraense juntamente com a instalação da empresa.

Para acompanhar esse boom, os governos federal e estadual serão responsáveis por uma série de obras de infraestrutura. Entre elas, a revitalização do Distrito Industrial de Marabá, que receberá cerca de R\$ 100 milhões em investimentos. Outras ações previstas contemplam, além do fortalecimento das malhas rodoviária e hidroviária, a atenção às áreas básicas, como saneamento e habitação, incluindo entre os agentes

propulsores dessas ações a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e o programa Minha Casa Minha Vida.

Pode-se contar também com obras que não são realizadas exclusivamente no município, mas que contribuirão significativamente para o seu desenvolvimento, como as eclusas de Tucuruí e a viabilização da hidrovia do rio Tocantins como alternativa logística competitiva para o escoamento da produção do sudeste paraense. A realocação da rodovia BR-230 e a ampliação do porto de Vila do Conde, no nordeste do estado, também serão obras importantes para dar mais dinamismo ao crescimento econômico local.

DIV/AVES

# REGIÃO METROPOLITANA DA MARABÁ: UMA META

As iniciativas em prol do desenvolvimento do sudeste paraense partem de todos os lados, não só do estado e do setor empresarial. Na Assembleia Legislativa do Pará, o deputado João Salame apresentou projeto de lei que propõe a criação da Região Metropolitana de Marabá (RMM), incluindo os municípios de Marabá (sede), São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Nova IPIXUNA e Itupiranga.

“O crescimento da região já não permite que o desenvolvimento seja pensado de forma isolada para cada município. O planejamento deve ser integrado para atender às necessidades da região”, explica o deputado, que é oriundo do sudeste paraense.

O projeto de lei proposto por Salame estabelece que o Governo do Estado deverá constituir um Fundo de Desenvolvimento para a nova região metropolitana, que seria vinculado à Secretaria de Integração Regional (Seir) e daria suporte técnico e financeiro para o planejamento e ações. “O fundo vai contar com recursos de diversas fontes, como municipal e estadual, transferências da União e até empréstimos nacionais e internacionais”, destaca o deputado. ■



• Como região metropolitana, Marabá e região terão mais recursos públicos

## NOVO CENÁRIO, NOVO CENSO

Um novo censo será realizado em Marabá pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do próximo mês de agosto, com previsão para ficar pronto até o final deste ano. Os últimos dados municipais apurados pelo IBGE são de 2007 e já demonstram a importância do município para a região sudeste do estado.

De acordo com a projeção traçada por esse último censo, Marabá teria chegado aos 203.049 habitantes em 2009. Esse número inclui 102.733 eleitores, 14 partidos políticos, 46.318 alunos matriculados no ensino fundamental e 11.981 alunos no ensino médio. Em 2007, 2.447 empresas estavam instaladas no município, utilizando 33.904 funcionários.



E onde incontáveis espécies da Amazônia vivem em liberdade.

Diretor executivo da FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará)



## CLUBE INDÚSTRIA: UMA REDE DE BENEFÍCIOS

O Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA) da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da qual a FIEPA é filiada, está oferecendo para os diversos segmentos produtivos mais uma ferramenta para garantir o desenvolvimento da rede de fornecedores de produtos e serviços: o Clube Indústria de Benefícios.

Nele, as empresas associadas aos sindicatos industriais poderão adquirir produtos e serviços com preços menores e ainda ter prazos maiores do que os oferecidos pelo mercado. E essas são apenas algumas das inúmeras vantagens. Assim, as empresas ganham competitividade na hora de negociar preços junto aos seus clientes.

O Clube incentiva e intermedia a oferta de produtos e serviços de mais de 450 mil estabelecimentos, tanto no âmbito nacional, quanto no regional. É uma oportunidade para sua empresa ficar frente a frente com as demandas de produtos e serviços, conquistar novos mercados e, conseqüentemente, fechar novos negócios.

Acho que, sem dúvida, esse benefício é mais uma forma de fortalecer os sindicatos patronais dos setores econômicos, principalmente os ligados à indústria. Mas não basta ter essa ferramenta, é necessário aproveitá-la em sua totalidade. Por isso, é essencial o engajamento de todos os empresários no Clube. Só assim vamos criar um ciclo virtuoso onde todos ganham.

Na verdade, as vantagens do ingresso no Clube Indústria vão desde a ampliação da competitividade de sua empresa, ao oferecer produtos e serviços com condições especiais, e passam pelo setor de comunicação, que foca diretamente em seu público-alvo. Envolvem, ainda, as atividades de marketing, abrem espaço para que sua empresa possa mostrar seu catálogo de ofertas, mensura resultados em tempo real e totalmente interativos e ainda cria um banco de dados de estabelecimentos que podem ser clientes em potencial em parcerias futuras.

A CNI está empenhada em difundir a participação do empresariado neste Clube, mas não depende só da Confederação Nacional das Indústrias. Depende de todos nós, empresários e presidentes de sindicatos patronais interessados em aumentar o leque de oportunidades para seus filiados. Aliás, é importante ressaltar

que nem a CNI e nem a FIEPA vão obter vantagens financeiras. Quem ganhará muito com o Clube Indústria são os sindicatos, já que somente empresas filiadas a eles poderão obter seus benefícios. Essa exigência vai gerar um aumento de filiados dos diversos segmentos e, conseqüentemente, proporcionará o fortalecimento dos sindicatos patronais.

Agora é de suma importância que os presidentes de sindicatos colaborem, juntem esforços e trabalhem com a Federação para agregar o maior número possível de adesões ao Clube. A ideia inicial de criar o Clube Indústria de Benefícios era proporcionar um ambiente sistêmico e integrado entre os setores produtivos, mas ele também vai possibilitar a ampliação da representatividade e a sustentabilidade dos sindicatos e das federações do Sistema Indústria como um todo.

**Por isso, é essencial o engajamento de todos os empresários no Clube. Só assim vamos criar um ciclo virtuoso onde todos ganham.**

Vai também fortalecer ainda mais as bases de sustentação do Programa de Desenvolvimento Associativo que são: visão compartilhada, atuação integrada entre as instituições, sinergia entre as linhas dos projetos e promoção da cultura associativa. O clube vai dinamizar e criar condições para sua autogestão. Vale lembrar que só fortalecendo os sindicatos patronais conseguiremos fortalecer nossa indústria.

Vale ressaltar que tudo isso pode ser feito da frente de um computador, já que o Clube Indústria é virtual. Tudo de forma rápida, fácil, segura e eficiente, fundamentos essenciais para o setor produtivo e para o empresário que prima pelo incremento tecnológico em sua gestão. É a tecnologia e a interatividade a favor do empresariado. Cadastre-se e ajude a indústria a ficar mais forte e integrada. Se tiver dúvidas, basta acessar [www.clubeindustria-participe.com.br](http://www.clubeindustria-participe.com.br).

Empresário, participe do Clube Indústria. Não perca a chance de conquistar novos mercados. A ferramenta já está disponível, basta usá-la. ■

# Floresta Nacional de Carajás. Reserva natural que há mais de 25 anos ajudamos a preservar.

No sudeste do Pará, 1,3 milhão de hectares de mata nativa continuam intactos. Em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, preservamos o habitat de espécies de flora e fauna amazônicas, como a Flor-de-Carajás, o Gavião-Real e a Arara-Azul. Um lugar de rica diversidade, onde utilizamos menos de 3% da área total para nossas atividades. Exemplo do compromisso que temos como agente global de sustentabilidade.

# Pará ganha destaque com o DENDÊ

*O Pará, que já lidera a produção de palmas no país, tem a oportunidade de se destacar na produção dos biocombustíveis. Com o incentivo dos governos e a implantação de grandes projetos privados, a cultura do dendê ganha força no estado, mas é preciso superar desafios que se apresentam.*



• **Presidente Lula durante lançamento do Programa Nacional de Óleo de Palma**

O Pará é a bola da vez com o Programa Nacional de Óleo de Palma, lançado em maio deste ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Tomé-Açu, no nordeste paraense. A iniciativa deve englobar outras regiões do país, mas estão aqui a maior aposta e o maior esforço para ampliar a plantação nacional do dendê e produzir o óleo de palma, componente essencial para o biodiesel.

Com esse incentivo, o estado deve passar de maior produtor de dendê do Brasil a maior polo nacional de biodiesel. O sonho é ambicioso, mas sua concretização deve gerar 30 mil empregos diretos somente na agricultura, expandir a área plantada em cerca de 300 mil hectares e quase sextuplicar a produção na dendecultura, chegando a 1,3 milhão de tone-

ladas por ano. Tudo isso com o peso da sustentabilidade e com a proposta de não avançar sobre a floresta e convencer os mercados internacionais de que a experiência brasileira é econômica, social e ambientalmente viável.

A grande envolvida no programa do Governo Federal é a Petrobras. Na presença do presidente, a estatal lançou, em Tomé-Açu, o Projeto Biodiesel Pará, que prevê a implantação no estado de uma usina com capacidade de produzir 120 milhões de litros de biodiesel por ano.

Com investimentos estimados em R\$ 330 milhões, sendo R\$ 237 milhões na área agrícola e R\$ 93 milhões na industrial, o projeto contempla ainda a instalação de dois complexos industriais de extração do óleo de palma, incluindo, esma-

gadoras e unidade de cogeração de energia elétrica.

O projeto aposta no incentivo à agricultura familiar. Com 3.338 famílias cadastradas nos municípios de Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba e Baião, a estatal anuncia que serão adquiridas, este ano, 1,1 milhão de sementes de palma para o início da produção de mudas em viveiro. A colheita terá início em 2014.

Junto com esse empreendimento, a empresa lançou o Projeto Belém, em Portugal, numa parceria com a Galp Energia, para atendimento ao mercado ibérico. A parceria faz parte da estratégia da Petrobras de entrada no mercado europeu de combustível. Com o apoio da estatal, o biodiesel produzido no Pará pode conquistar o mercado internacional.

Além da Petrobras, a Vale tam-



**No ano passado, a Vale firmou consórcio com a Biopalma da Amazônia para atingir a meta de 60 mil hectares plantados e 500 mil toneladas por ano de dendê, o que deve tornar a empresa autossuficiente na produção do seu biodiesel para atender o Sistema Norte de ferrovias.**



bém está integrada ao Programa Nacional de Óleo de Palma, com estratégias de sustentabilidade que englobam o setor agrícola. Maior consumidora de diesel do Brasil, desde 2007 a companhia vem reduzindo a emissão de CO<sub>2</sub> utilizando o biocombustível produzido a partir da palma. Naquele ano, a Vale fez um acordo com a Petrobras para usar um diesel mais limpo, com 20% de óleo vegetal misturado a 80% de combustível fóssil. Por problemas de mercado, o contrato teve que ser encerrado e a mineradora começou a estudar as possibilidades de produzir seu próprio biodiesel. “Tivemos que planejar novas ações para não ficar a mercê dessas sazonalidades do mercado, garantir o consumo e fazer a autoprodução do nosso biodiesel”, justifica Márcio Maia, coordenador de projetos de energia da Vale.

No ano passado, a empresa firmou o consórcio com a Biopalma da Amazônia para atingir a meta de 60 mil hectares plantados e 500 mil toneladas por ano de dendê, o que deve tornar a Vale autossuficiente na produção do seu biodiesel para atender o Sistema Norte, que engloba as ferrovias e opera-

ções de equipamentos da minas de Carajás, incluindo as que estão em expansão.

Hoje já há dendê plantado em 18 mil hectares e, em 2011, esse número deve atingir os 33 mil hectares. O projeto deve atingir seis polos em quatro cidades paraenses: Moju, Abaetetuba, Acará e Tomé-Açu. “São 12 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> que vão deixar de ser emitidas com esse projeto”, assinala Márcio.

A plantação de dendê e produção de óleo de palma para o biodiesel vai gerar cerca de seis mil empregos diretos e ainda proteger 70 mil hectares de reserva legal. O investimento de R\$ 305 milhões conta ainda com a instalação de uma indústria de refino cuja planta deve iniciar em 2014. A cidade em que será instalada ainda não foi definida, mas deve ficar na região dos polos de produção de dendê.

Atualmente, 24 famílias de agricultores estão fornecendo dendê para o consórcio. A intenção é incluir duas mil famílias na iniciativa, o que vai agregar a produção de áreas plantadas pela própria Vale. Márcio Maia explica que está sendo feita a intermediação não apenas para escoar a produção, mas também para conseguir financiamento público para a lavoura e ainda garantir uma renda de um salário mínimo durante os três primeiros anos neste cultivo de ciclos longos, com primeiro frutos depois de três anos de plantio.



## Boas expectativas e grandes desafios

O cenário de negócios, investimentos e desenvolvimento local relacionado ao dendê é positivamente favorável ao estado. Contudo, o pesquisador de agroenergia da Embrapa, Marcos Enê, alerta que o Pará ainda tem que superar alguns problemas para alcançar a meta de se tornar o grande produtor de biodiesel do Brasil.

O principal entrave é a produção de sementes pré-geminadas, que ainda é insuficiente. Atualmente, o estado importa o insumo para produção do dendê da Costa Rica, na América Central. Para superar esse gargalo, a Embrapa criou uma unidade de produção de sementes no território paraense e deve aumentar a capacidade da unidade instalada em Manaus (AM), que hoje gera um milhão de sementes e deve chegar a cinco milhões quando atingir os níveis de excelência desejados.

Outro obstáculo apontado por quem está envolvido com a cultura do dendê é a infraestrutura do estado, que ainda é muito precária. Para garantir a produção e o escoamento do dendê, é preciso mais investimentos em estradas, segurança, educação e saúde. Junto a isso, precisa-se pensar na qualificação dos agricultores. A Embrapa e 12 empresas estão unidas para qualificar agentes multiplicadores que devem ensinar técnicas e as melhores formas de plantar a palmeira. “Tudo isto para que se tenha uma produção de qualidade, um produto, de fato, competitivo”, pontua Marcos Enê.

Outro entrave apontado pelo pesquisador da Embrapa para que o Pará possa alcançar o sucesso nesse projeto é quanto ao convencimento de que o biodiesel brasileiro feito com o dendê é sustentável. O engenheiro

explica que os principais mercados internacionais, sobretudo o europeu, são muito resistentes ao consumo do biodiesel feito a partir do óleo de palma devido à experiência danosa no continente asiático. A Indonésia e a Malásia avançaram sobre a floresta para plantar o dendê e acabaram colocando em risco espécies raras, como os orangotangos, além de desmatar a cobertura vegetal.

Os mercados consumidores europeus estigmatizaram a produção do óleo de palma e hoje olham com certa desconfiança às novas iniciativas. Porém, a experiência brasileira é totalmente diferente, assegura o pesquisador. “A parceria entre iniciativa privada, instituições de pesquisa e órgãos do governo traz elementos que priorizam a sustentabilidade e a descentralização dessa produção”, assinala o cientista.



## Apoio governamental

Algumas ações do Governo do Estado foram fundamentais para atrair investimentos em dendeicultura e biodiesel no estado. Dentre eles, o zoneamento ecológico-econômico, que delimita as áreas que ainda podem ser exploradas economicamente sem avançar sobre a floresta; o cadastro ambiental rural, cuja função é habilitar produtores e agricultores e suas propriedades para atividades econômicas; e o projeto Terra Legal, que visa à regularização fundiária.

O Governo do Estado assinou o protocolo socioambiental junto com 10 empresas e está ajustando os termos para incluir mais duas neste esforço de manter as indústrias dentro dos moldes sustentáveis. O protocolo não é obrigatório, porém, traz vantagens para quem aderiu.

De acordo com a assessoria do Programa Pará Rural, vinculado à Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Pará (Sepes), a ideia que une a vontade de tornar o estado em polo se traduz em parceria entre governos, iniciativa privada



e institutos de pesquisas. A assinatura do protocolo engloba esse conceito e abrange ações como qualificação para produtores, trocas de informação e know-how entre técnicos das indústrias e pesquisadores, dentre outros benefício que devem auxiliar na concretização desta promessa de em uma década tornar o Pará um gigante na produção de biodiesel. ■





• Monte Alegre integra o zoneamento econômico ecológico da Calha Norte

# Novas oportunidades de crescimento

*Zoneamento do Pará viabiliza produção e contribui para a gestão ambiental garantindo espaço para o desenvolvimento local*

**D**efinir quais áreas serão utilizadas à consolidação de atividades produtivas e o uso alternativo do solo é o que aponta o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) Zonas Leste e Calha Norte do Estado Pará. Com a conclusão do mapeamento - que cobriu 406 mil quilômetros quadrados do território paraense e 115 municípios - é possível, por exemplo, a identificação e ampliação das áreas potenciais à produção de biocombustíveis, estimulada pelo Plano Nacional de Biocombustíveis, lançado em maio

pelo presidente Lula no município de Tomé-Açu.

Dar condições para a melhor utilização dos recursos naturais não é o único benefício do ordenamento territorial. O zoneamento poderá também criar novo ambiente no estado, mais propício aos investimentos privados. “O ZEE cria o ambiente favorável para que investidores tenham mais condições de acesso ao crédito, com legalização fundiária e ambiental, garantindo a tranquilidade e base para o desenvolvimento”, explica o Secretário de Estado de Projetos

Estratégicos (SEPE), Marcílio Monteiro. Somando-se os municípios do ZEE Zona Oeste, primeiros a serem mapeados, o estado já possui 133 municípios com estudos e diretrizes para aliar produção econômica à gestão ambiental.

No que diz respeito à gestão pública, o ZEE servirá de instrumento para que os governos executem políticas convergentes com as diretrizes do planejamento estratégico do país, definidas de acordo com a realidade local e as especificidades de cada território do estado.

De uma maneira bem prática, a preservação da biodiversidade é um exemplo de política pública que poderá, agora, ser pensada com base nos resultados do ZEE. Por meio do conhecimento acumulado, que gerou relatórios técnicos sobre as condições de uso e cobertura da terra, geologia, geomorfologia, solos, aptidão agrícola, clima, recursos hídricos, biodiversidade, potencial pesqueiro, qualidade das águas e socioeconomia das áreas mapeadas pelo ZEE, o governo será capaz de melhor defender a fauna e flora amazônica.

O ZEE das Zonas Leste e Calha Norte do Pará já foi sancionado pela governadora Ana Júlia Carepa. A lei que regulamenta reduzir, para fins de recomposição, a reserva legal de 80% para 50% nos imóveis rurais localizados nas Zonas de Consolidação I, II e III, aguarda, agora, aprovação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e a sanção do presidente Lula.

### Economia sustentável

Com a regulamentação da Lei - que ordena a atividade produtiva e define as zonas para o reflorestamento - áreas já degradadas no estado poderão ser utilizadas para dar mais vigor à economia local, é o que propõe o Projeto Preservar, defendido pelo Instituto Alerta Pará.

De todo o território paraense, 76% são áreas de floresta e apenas 24% são zonas antropizadas, algo em torno de 30 milhões de hectares. Nessas áreas degradadas, o projeto prevê a reutilização para o desenvolvimento da agricultura e pecuária.

Para a pecuária, 16 milhões de hectares poderiam absorver tecnologia, modernizando o processo de criação do gado. “A Embrapa já tem tecnologia que traz inovação para o campo. O Pastoreio Rotacionado diminui a área utilizada para a criação do boi. Com esta técnica, poderemos criar, no mínimo, três cabeças



*Nossas condições são as melhores para a criação do gado. Este projeto (Pastoreio Rotacionado) deverá pegar essas vantagens comparativas do Pará e transformá-las em vantagens competitivas, dando viabilidade para a atividade no campo.”*

Carlos Xavier, diretor executivo do Instituto Alerta Pará e presidente Federação da Agricultura do Estado do Pará

por hectare, o que significaria um rebanho de 24 milhões de cabeças. Ou seja, produzir mais, num espaço menor”, explica o vice-presidente da diretoria executiva do Instituto, Carlos Xavier, que também preside a Federação da Agricultura do Pará.

Em um primeiro momento, deses 16 milhões de hectares, 50% já deverão se submeter ao processo tecnológico. O restante deverá permanecer no processo convencional, para que o pecuarista paraense tenha tempo em aderir às novas técnicas.

Com relação à agricultura, o Projeto Preservar destina 14 milhões de

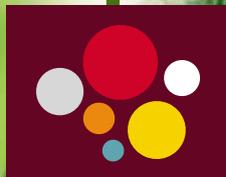
hectares para o desenvolvimento de atividades como silvicultura (energia, papel e celulose e indústria madeireira), grãos, palmáceas, mandioca, fruticultura, biocombustíveis, cacau, citros, café e pimenta do reino.

O projeto, conta Xavier, já está sendo desenvolvido com empresários da região. Diversas empresas estão aderindo ao projeto, que tanto no ramo da pecuária quanto na agricultura, estimula a utilização de novas técnicas para a ampliação da capacidade produtiva e “mostram para o mundo que o produto paraense busca a legalidade e a sustentabilidade ambiental”, ressalta Xavier.

Para estimular que mais empresas utilizem novas tecnologias em seus processos produtivos, o projeto prevê a criação do Fundo Preservar, capaz de dar suporte as ações a serem desenvolvidas. Sua capitalização será proveniente de aporte de recursos, por adesão, oriundos do percentual de 1% incidente sobre o valor das exportações paraenses, atuais e futuras. Além de aporte de US\$ 5 por hectare, efetuado por empresas que aderirem ao fundo e que ainda não se encontrem em fase de exportação.

Os benefícios do projeto vão além da própria sustentabilidade. A ampliação da agricultura e pecuária poderá criar mais de três milhões de empregos, gerando mais renda ao estado, que persegue o título de maior produtor de alimentos do mundo.

Segundo Xavier, o fortalecimento das atividades produtivas, sugerido pelo Projeto Preservar, atingiria agentes produtivos de diversos portes, inclusive os agricultores familiares. “A incorporação de assentados aos projetos produtivos é uma vertente a ser explorada, promovendo-se a elevação do nível de qualificação desse segmento, a sua inclusão numa economia de mercado, favorecendo, consequentemente, o aumento de renda e a melhoria das condições de vida”, conclui. ■



# EXPOSIBRAM AMAZÔNIA 2010

Exposição Internacional de Mineração da Amazônia  
2º Congresso de Mineração da Amazônia

*International Mining Exhibition of Amazon  
2nd Mining Congress of Amazon*

**A natureza sustentável da  
indústria mineral**



**IBRAM**

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO  
The Brazilian Mining Association  
La Cámara Mínera de Brasil

## O Brasil dá sinal verde para a mineração sustentável na Amazônia



A Amazônia é o endereço dos novos investimentos da indústria mineral. Até 2014, serão investidos US\$ 25,6 bilhões em novos empreendimentos ou ampliações de projetos minerais. Conheça esta nova fronteira de oportunidades de negócios na EXPOSIBRAM AMAZÔNIA 2010 e participe do 2º Congresso de Mineração da Amazônia.

Em novembro, venha a Belém do Pará e comprove que a Amazônia dá sinal verde para o desenvolvimento, cada vez mais limpo e sustentável.

[www.exposibram.org.br](http://www.exposibram.org.br)

## Governo: fonte de negócios

*Vender produtos e serviços para os governos pode ser uma boa oportunidade de fechar negócios e garantir um impulso ao desenvolvimento empresarial*

O governo é um grande investidor da atividade econômica nas esferas municipal, estadual e federal. Em alguns casos, é o principal comprador de serviços e bens de algumas cidades. Por isso, apresenta-se como um importante parceiro de negócios para empreendedores de qualquer porte.

Com a realização de obras estruturantes, o governo consegue impulsionar uma cadeia de negócios que, necessariamente, abre espaço para que as empresas locais se tornem fornecedoras. Recentemente, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (Seduct) divulgou que o Governo do Pará deve gerar grandes investimentos em obras públicas de infraestrutura que somam mais de US\$ 50 milhões até 2014.

Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), o Pará tem selecionados 441 projetos nas áreas de saneamento, urbanização, construção civil, pavimentação, saúde, educação, rodovia, ferrovia, indústria, comércio, hidrovía, energia e pesquisa mineral. Para os empresários que querem aproveitar essas ações governamentais, a dica é ficar ligado ao que os gestores públicos vêm proporcionando.



O Governo do Pará tem o Portal Compras Pará, espaço virtual criado pela Secretária de Estado de Administração (SEAD) para prestar informações das aquisições feitas pelo governo. O portal tem como objetivo, disponibilizar o acesso às certidões do INSS, FGTS, Receita Federal, a Legislação Estadual e Federal, possibilitando responder às perguntas mais frequentes de micros e peque-

nos empresários. O portal direciona também onde e como encontrar os editais de licitações, com detalhes de compras, vendas e preços, através de consultas em tempo real.

As oportunidades contemplam todos os empresários, mas, pensando em aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas (MPEs), o Governo do Estado implantou ações para o desenvolvimento co-

mo o programa Super Simples, que reduziu a carga tributária e ampliou a facilidade da formalização deste segmento da economia.

O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF) da FIEPA também investe na qualificação dos empresários para a concretização de negócios com entidades governamentais, capacitando profissionais ligados à área de compra, licitação e contratos. O conteúdo foi direcionado para o portal de compras do governo via pregão eletrônico, a modalidade mais utilizada para compras governamentais. ►

## NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS

Seguindo parâmetros já incorporados às licitações do Governo Federal, o Governo do Estado começa a adotar nas especificações para aquisições de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública estadual, critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

Em seu portal de compras, o Governo do Pará ressalta que, por possuir grande poder de aquisição, deve ser o indutor de práticas sustentáveis e que sirvam de exemplo à sociedade, evitando a compra de bens e contratação de serviços que causem impacto ao meio ambiente e direcionando suas compras a bens e serviços capazes de contribuir com a melhoria da vida no planeta.



## DICAS PARA FAZER BONS NEGÓCIOS

☑ Esteja atento aos editais publicados pelo governo em sites, meios de comunicação e em portais.

☑ Busque Inovar em fabricação, processo, gestão.

☑ Busque capacitação constante em todos os níveis da empresa.

☑ Regularize sua empresa buscando estar em dia com situação fiscal, tributária e trabalhista.

☑ Esteja atento à elaboração da proposta analisando os aspectos técnicos, financeiros e administrativos.

☑ Atenda requisitos na área de saúde, segurança e meio ambiente – SSMA, esses aspectos hoje são fundamentais para a contratação de empresas, principalmente em negócios com o governo, que prima pela sustentabilidade.

☑ Busque parcerias e faça mais negócios com empresas locais inclusive para realizar compras em conjunto diminuindo custos.

☑ Rompa barreiras geográficas, busque negócios além de sua cidade ou até do seu estado.

## PEQUENAS E MÉDIAS TÊM VANTAGENS

A partir da regulamentação da Lei Nº 123/06, ou Lei Geral, os órgãos públicos poderão dar preferência aos pequenos negócios em suas licitações. Com a lei, está previsto que as licitações de até R\$ 80 mil poderão ser feitas exclusivamente para microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), descritas no artigo 3º da Lei Geral como sociedades empresariais simples devidamente registradas em cartório de registro das pessoas jurídicas.

As ME e EPP são apoiadas pelo Sebrae, que vem incentivando o crescimento por meio do empreendedorismo e trabalhando para ampliar o número de municípios adeptos da lei. “Os benefícios da Lei Geral, são vários, como a capacidade que ela tem de favorecer a formalização de empresas a partir de um tratamento diferenciado. As ME e EPP pagarão impostos e taxas adequadas aos seus portes, e não o mesmo que uma empresa grande como ocorre hoje”, destaca a diretora-superintendente do Sebrae/PA, Cleide Tavares.

Outro benefício importante é que a Lei Geral proporciona a oportunidade das ME e EPP em vender para o governo, seja estadual ou municipal e Federal, e com isso serem protagonistas do desenvolvimento de novas vagas de trabalho, renda, geração de divisas e crescimento econômico como um todo.

Segundo o assessor da unidade de políticas públicas do Sebrae/PA, Antônio Ramos, o Governo do Pará não adotou a lei ainda. O Sebrae vem trabalhando para que os municípios do estado se adêquem a Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas. “Este é o grande desafio do Sebrae/PA, sensibilizar o Governo do Pará e as prefeituras do estado



• Cleide Tavares, do Sebrae/PA: ações para ampliar a Lei Geral

a implantarem e regularizarem a Lei Geral em cada município. Hoje, apenas cinco municípios têm suas leis implementadas e, mesmo assim, algumas ainda estão em discussão nas Câmaras”, afirma o assessor.

A meta do Sebrae é que os 143 municípios do estado tenham a Lei Geral da ME e EPP implantada e regulamentada até o final de 2011. Paralelamente, o Sebrae e outras empresas de apoio empresarial irão capacitar tanto quem compra como quem vende, promovendo cursos sobre processo de participação em licitações com conhecimento das leis, procedimentos de como analisar um edital, elaboração de propostas e regularização fiscal.

Como forma de divulgar a Lei Geral, o Sebrae do Pará e a Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep) promoveram, em maio, o “Seminário de Desenvolvimento Territorial e o Fortalecimento da Receita Municipal”, que oportunizou o encontro com os prefeitos da região metropolitana e nordeste do estado para debater a

implantação da lei nesses municípios, sendo uma ferramenta para dinamizar e aumentar as receitas municipais locais. O encontro destacou os benefícios trazido pela lei, que ocasionará um significativo crescimento para as cidades através do desenvolvimento dos pequenos empreendedores.

A superintendente do Sebrae/PA ressaltou que há um universo de 70 mil empresas no Pará, sendo que 90% são micro e pequenas. “As MPEs são fundamentais para o desenvolvimento. Tratar de políticas públicas que melhorem e modernizem a gestão pública é um dos desafios do Sebrae junto a Famep”, disse.

O presidente Famep, Helder Barbalho, garantiu seu apoio à causa. “Agora estamos nessa ação para mobilizar as cidades paraenses, através das associações e consórcios de municípios para a implantação da Lei Geral em todo o estado. Isso é fundamental e irá melhorar a distribuição das receitas no Pará, que é um estado importante para que a balança comercial brasileira continue sendo superavitária”, afirmou. ■

## A ETIQUETA DOS FUMANTES

*Adeptos do tabagismo precisam respeitar regras dentro do ambiente de trabalho para manter a boa convivência e evitar problemas de imagem relacionados ao seu desempenho*

Quem fuma tem a consciência do mal que está causando a si mesmo. As campanhas antitabagismo alertam para as consequências malignas à saúde que vêm junto com o hábito de fumar. A escolha, no entanto, cabe a cada um. Mas, tão grave quanto o ato de fumar, é impor esse hábito às pessoas que não fumam.

No mundo corporativo, o cigarro tem sido alvo de campanhas de saúde, afinal, a qualidade de vida do empregado é uma preocupação dos novos gestores. Existem, no entanto, outros aspectos ligados ao cigarro que têm impacto no ambiente de trabalho.

As empresas estão adotando os chamados fumódromos, áreas destinadas a funcionários fumantes, onde podem fazer livre uso do cigarro. Essa é uma maneira de evitar que o cigarro seja motivo de atrito entre fumantes e não fumantes.

Porém, o que se observa na prática é que nem todos respeitam essa regra de boa convivência. Muitos funcionários, seja por preguiça ou falta de respeito com seus colegas, fumam em ambientes fechados, obrigando aos demais a conviverem com a fumaça do cigarro. Além do cheiro incomodo, o risco de pessoas que não fumam desenvolverem doenças ligadas ao tabagismo é bem maior.

O fumante passivo está tão exposto aos males do cigarro quanto aquele que é adepto do hábito. Sabe-se que, ao fim do dia em um ambiente poluído pelo tabaco, um não fumante pode aspirar o equivalente a até dez cigarros. Dados da última pesquisa feita pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) estimam que, por ano, 200 mil pessoas morram por conta do fumo passivo em ambientes não abertos.

Para Suely Linhares, da Gerência de Saúde do Sesi, o hábito de fumar em corredores e dependências fechadas de empresas geram uma situação conflitante entre os funcionários. “Quem não fuma, se sente extremamente incomodado por conta do cigarro e, inevitavelmente, se afasta do fumante. Com o tempo, se cria um clima pesado na empresa, o que consequentemente prejudica sua produtividade”, explica.

O cigarro também pode trazer prejuízos de imagem para o profissional e não é exagero dizer que ele pode ser fundamental para traçar o futuro do indivíduo em



início de carreira. Bonnie Facioli, psicóloga e analista de RH do IEL/FIEPA, alerta para uma nova tendência de contratação onde ser fumante pode ser um ponto contra para o candidato. “Tempo é produtividade e uma pessoa que fuma gasta, diariamente, uma média de 20 minutos. E isso não é nenhum pouco atrativo para a empresa. No final da semana contabiliza-se uma hora de serviço perdido”, relata a psicóloga.

E o prejuízo com o cigarro vai muito além do tempo que é perdido com o fumo. “Ninguém gosta de ser atendido ou estar em uma reunião com alguém cheirando a fumaça de cigarro. O trabalho e a relação empresa/cliente ficam seriamente comprometidos. Por isso, muitas empresas já cortam o hábito pelo começo, evitando contratar fumantes para o seu quadro de funcionários”, relata Bonnie.

Para quem fuma, portanto, fica o alerta de que vale o bom senso e o respeito por terceiros, dentro ou fora da empresa. Se vai fumar, prefira o fumódromo ou uma área aberta, onde a fumaça possa se dissipar. Após fumar, é importante lavar as mãos e, se possível, fazer a assepsia bucal, o que minimiza as chances de incomodar colegas com o odor do cigarro. E mais importante: lembre-se de que você fez a sua escolha de fumar, mas o colega ao lado prefere não fumar, ou seja, não é correto obrigá-lo a fumar passivamente. ■



## Em favor do social

*Ação Global do Sesi beneficia mais de 12 mil pessoas no Pará e pela primeira é realizado com o envolvimento de empresas*

“Fiz questão de chegar cedo para garantir um dos primeiros lugares na fila. Estou desempregada, grávida e não tenho condições de pagar para tirar novos documentos e nem fazer uma consulta médica. Fui assaltada e não tenho dinheiro para ir a Belém. Aqui tudo isso está num único espaço e o melhor de tudo: de graça”. A declaração simples e sincera é de Nilvia Souza, de 23 anos, grávida de três meses.

Ela é uma das mais de 12 mil pessoas atendidas durante o 17º Ação Global no Pará, que este ano foi realizado no município de Barcarena, no nordeste do Pará. O projeto, uma parceria do Serviço Social da Indús-



*Essa é a maior prova de que a união do setor produtivo, da sociedade civil organizado e entidades governamentais pode fazer a diferença na vida das pessoas mais humildes e que vivem longe do centro urbano da capital paraense. É a prova do compromisso social do setor produtivo.”*

José Olimpio Bastos, superintendente do Sesi no Pará

tria (SESI) e da TV Globo/TV Liberal reuniu mais de 1,9 mil voluntários, 126 entidades parceiras e, pela primeira vez, o apoio fundamental da ASSEMB (Associação das Empresas Mínero-Metalúrgicas de Barcarena) formada pelas indústrias Albras, Alunorte, Alubar, Imerys, Pará Pigmentos e Usipar.

Além de emissão de documentos, o mutirão ofertou serviços nas áreas de educação, saúde, lazer, esporte, cultura e responsabilidade social. Ao todo, mais de 25 mil atendimentos foram realizados para população do nordeste paraense ao longo de um dia de serviços.

A chegada da população come-

FOTOS: OSWALDO FORTE



çou ainda de madrugada. Muitos dormiram na frente dos portões do Cabana Clube, local do Ação Global, para garantir as primeiras senhas que liberavam o acesso às filas de atendimento. Tudo para garantir o documento de identidade, a carteira de trabalho, o CPF, o atendimento odontológico ou, simplesmente, um novo corte de cabelo.

O engajamento das empresas de Barcarena foi importante, principalmente levando um batalhão de voluntários para prestar atendimento à população. A Imerys, por exemplo, levou seus colaboradores. Além disso, a equipe de saúde da empresa esteve à disposição no local para realizar consultas médicas e odontológicas. “Quem foi consultado no estande da Imerys recebeu também os medicamentos que forem receitados, graças a um acordo da empresa com a rede de farmácias que atende os colaboradores”, aponta Nelson Delgado, presidente da ASSEMB.

A Imerys também garantiu a realização de exames oftalmológicos para os cem primeiros que chegaram ao Cabana Clube. “Conseguimos mobilizar nossos parceiros e doamos cem óculos para quem precisava. Muitos sofrem com problemas de vista e não possuem recursos para comprar seus óculos. Essa foi nossa maneira de acrescentar ainda mais um serviço no Ação Global”, afirma Jacilaine Souza, coordenadora de programas sociais da Imerys.

Para o diretor industrial da Alunorte, Daryush Khoshnevis, a empresa, que também é integrante da associação, não poderia deixar de participar do evento. “A Alunorte sempre incentivou esse tipo de evento, sempre patrocinou e, inclusive, realiza o Alunorte Cidadania. Esse é um evento que tem toda a sinergia com o que a gente pratica, porque a gente acha que todo mundo tem direito de ser cidadão”, lembra.

Raquel Rodrigues, que trabalha com qualidade de gestão na refinaria, estreou como voluntária. “É muito gratificante poder ajudar. Eu nem imaginava sobre a grandiosidade do evento e como empregada da Alunorte é bom ver que a empresa incentiva e mobiliza seus empregados a valorizar e apoiar esse tipo de iniciativa”, disse.

Para o superintendente do Sesi no Pará, José Olimpio Bastos, o Ação Global é um evento transformador. “A cada ano, o Sesi avança cada vez mais na oferta de serviços e na mobilização dos seus parceiros, e com isso, conseguimos juntos um resultado satisfatório nos atendimentos. Ao final, percebemos a seriedade no trabalho desenvolvido. Essa é a contribuição da indústria para uma sociedade mais justa, caminhado, assim, para a realização do sonho que é o de que todos os cidadãos tenham todos os seus direitos assegurados.” x



## DADOS GERAIS DO AÇÃO GLOBAL 2010

- ✓Pessoas atendidas: 12.200
- ✓Voluntários: 1.983
- ✓Parceiros: 126
- ✓Municípios beneficiados: Barcarena, Moju, Igarapé-Mirim e Abaetetuba
- ✓Total de atendimentos: 25.834





## Qualificação em alta

*Empresas apostam na capacitação dos seus empregados e conquistam um público interno cada vez mais motivado e integrado com a organização*

Apostar numa política constante de capacitação e qualificação da sua equipe pode dar outro posicionamento no mercado a uma empresa. Além de sentir seu crescimento pessoal, o trabalhador se integra ainda mais ao time e veste a camisa da corporação. De olho nisso, muitas empresas, espontaneamente, começam a incentivar o desenvolvimento pessoal e profissional de seus quadros técnicos, oferecendo cursos de reciclagem e de capacitação.

Esse tem sido um recurso muito utilizado pelas empresas para melhorar a qualidade e a eficiência de seus serviços. Segundo o diretor regional do IEL-PA, Gualter Leitão, esse investimento na educação dos funcionários é importante porque, além da empresa qualificá-lo para a função que ocupa, acaba reduzindo o índice de rotatividade dentro do quadro pessoal



• **O electricista Ed Carlos fez dois cursos e tem novas expectativas de crescimento**

da instituição. “O que se percebe é que as empresas estão reconhecendo e valorizando mais seus talentos. Elas sabem que sai caro perder um ótimo funcionário, além do risco de levar tempo para encontrar outra pessoa que se encaixe no perfil e na própria dinâmica da empresa”, afirma.

Atento a esta oportunidade, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL-PA), criou, ano passado, o núcleo de capacitação empresarial e profissional que oferta cursos voltados à qualificação de gestores, empresários e profissionais em geral.

Os cursos começaram com quatro turmas de formação de consultores. Para 2010, estão programados mais de 30 novos cursos. Ao todo, cerca de 1,5 mil profissionais passarão pelo IEL este ano. Atendimento ao público, gestão escolar, legislação trabalhista e previdenciária e inovação nas organizações são alguns dos temas de cursos ofertados pelo instituto.

Para Eliana Cardoso, coordenadora de desenvolvimento do IEL no Pará, é fundamental a empresa investir no seu colaborador e qualificá-lo da melhor maneira possível. “Quando há investimento em conhecimentos, a empresa passa a ter profissionais mais preparados e isso também evidencia a preocupação do gestor com seu capital humano. É uma prova evidente de reconhecimento e isso ajuda na autoestima dos profissionais”, afirma. Ela lembra que trabalhadores mais valorizados se sentem parte da empresa.

Eliana explica que a aposta no conhecimento gera efeitos como a redução nos custos e o crescimento da produtividade. Com isso, observa, a empresa torna-se mais competitiva. “É preciso apostar na capacitação tanto do funcionário, quanto do próprio empresário, de forma contínua, o que cria um ciclo virtuoso de formação do profissional e de crescimento dos negócios”, assinala.

Além de oferecer uma grade formada de cursos, o IEL também personaliza uma turma de acordo com a demanda empresarial. As sugestões podem ser enviadas para a direção do Instituto Euvaldo Lodi, onde são avaliadas e debatidas em equipe. As sugestões também servem para que o IEL trabalhe especificamente as necessidades de cada organização.

### Aperfeiçoamento

Ex-aluno do IEL, Ed Carlos Siqueira é enfático em atestar a importância dos cursos de aperfeiçoamento. Eletricista e presidente da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - do Sesi/PA, ele descreve a capacitação como a ponte para que o funcionário possa alcançar um melhor nível técnico e melhores posições dentro da empresa.

“O Sesi está investindo em seus colaboradores. Eu já fiz o curso de inovação nas organizações e pretendo fazer outros”, conta. Em 2008, também patrocinado pela empresa, ele concluiu o curso de técnico em segurança no trabalho. O próximo passo é passar no vestibular. “Já me inscrevi. Vou prestar vestibular para o curso de engenharia de produção. Meu sonho é ser engenheiro com especialização em gestão ambiental,” conta o colaborador.

Outro funcionário que também já participou dos cursos do IEL, foi Benedito Albuquerque Junior, recepcionista do Sesi. Segundo Benedi-



• Após a participação nos cursos do IEL, Benedito se sente mais bem qualificado

to, a iniciativa que o Sesi está oferecendo, em parceria com o IEL, é fundamental para que o trabalhador possa crescer e prestar um serviço de qualidade. “Esses cursos são excelentes. Agora são voltados para a minha área. Aprendo novidades que posso aplicar diretamente no meu dia a dia no trabalho, como abordar melhor o público interno e externo, além de manter uma postura correta”, finaliza.

Ao falar da relevância dos cursos, o gerente do Sesi Ananindeua, Dário Silva, destaca que é importante adquirir novos conhecimentos. “Além disso, os cursos servem como ferramentas para uma boa gestão. Precisamos nos atualizar e o conhecimento que adquirimos permite isso”, afirma. ■

### DIFERENCIAL

Bonnie Facioli, consultora do IEL/PA, opina que a capacitação deve estar inserida em uma política de gestão de pessoas. “Os empresários precisam ter foco na rentabilidade do negócio e em seu quadro profissional, porém terminam negligenciando a gestão dos funcionários”, critica. “A empresa que coloca como meta a gestão de pessoas certamente está à frente”, comenta Bonnie.

A consultora ressalta que muitas empresas se preocupam com investimento em softwares, equipamentos e programas de qualidade, no entanto, não priorizam o empregado. Apos-tar em iniciativas como a capacitação técnica e comportamental dos trabalhadores, diz ela, reflete diretamente na qualidade do atendimento e na fidelização do cliente. “Quando a empresa passa a investir no seu colaborador, ele se sente mais motivado”, pondera.



# Pará no WorldSkills

*Aluno medalha de prata na Olimpíada do Conhecimento é treinado para representar o estado na maior competição profissional do mundo*



**G**arra, disciplina e domínio tecnológico. Esses são alguns dos atributos que todos desejam ver associados à produção industrial brasileira. Porém, existem poucas oportunidades internacionais para o empresariado nacional conhecer essa realidade. Uma das mais conceituadas é o WorldSkills, a maior competição mundial de talento aplicado ao tra-

balho. E o Pará, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), tem grandes chances de disputar uma medalha no evento que se tornou símbolo de excelência em qualificação profissional. O candidato a representante do Pará é Victor Cunha, medalha de prata na Olimpíada do Conhecimento (fase nacional do WorldSkills), realizada em março deste ano, no Rio de Janeiro.

Mais do que uma simples competição, o WorldSkills trata-se de uma vitrine altamente especializada, onde empresas e instituições de ensino apresentam o melhor de seus jovens talentos e tecnologias. Há 27 anos o Senai é o representante do Brasil no evento, por onde circulam milhares de visitantes, empresários, observadores, trabalhadores, todos envolvidos com o objetivo de comparar e



• **Legenda**

## O QUE É O WORLDSKILLS

Similar a uma olimpíada esportiva, no WorldSkills são avaliadas as habilidades e competências de jovens talentos dos setores industriais, comerciais e de serviços que têm impacto na economia global.

Além da aptidão dos competidores, são postos à prova a utilização das novas tecnologias e a contribuição econômica e social dos projetos. Uma iniciativa que tem como objetivo ampliar o intercâmbio do conhecimento técnico e experiências em escala mundial e gerar resultados na produtividade empresarial. Por visar a excelência na educação para o trabalho, os representantes de cada país devem ser estudantes com idade de até 22 anos.

O evento teve início em 1950, motivado pela necessidade de suprir a falta de trabalhadores qualificados na Espanha. Hoje, é realizado a cada dois anos e agrega mais de 50 países participantes. Como em um torneio esportivo, o WorldSkills se vale do espírito competitivo das nações para mensurar e promover o desenvolvimento profissional mundo afora. E, assim como no mercado de trabalho, os parâmetros de avaliação são aprimorados a cada edição.

No Brasil, os desafios do WorldSkills são incorporados antecipadamente na Olimpíada do Conhecimento e passam a integrar o processo educacional do Senai, contribuindo para a formação de profissionais que proporcionam competitividade global às empresas brasileiras. Preocupação constante em unir a prática e a teoria em prol do desenvolvimento social e econômico e promover a qualidade do setor produtivo do país no exterior.

avaliar a qualidade da mão de obra desenvolvida em seus países.

O reconhecimento da capacidade dos jovens trabalhadores foi obtido por meio de rigorosas provas nas quais tecnologias inovadoras nas profissões industriais são apresentadas em nível mundial. Participar desta disputa dar visibilidade máxima à qualidade industrial do país à sua.

A última edição foi realizada em Calgary (Canadá), onde competiram 847 alunos de 51 países. O Brasil conquistou um de seus melhores resultados, o terceiro no *ranking* de medalhas, ficando a frente de países como Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra. Quatro medalhas de ou-

ro, quatro de prata e duas de bronze, além de cinco diplomas de excelência foram as vitórias alcançadas na última edição do torneio.

As habilidades nas ocupações industriais, como mecânica de automóveis, eletrônica industrial, marcenaria, soldagem, entre outras, são colocadas em teste entre os melhores alunos das escolas de ensino profissionalizante do planeta. Serão quatro dias de avaliações e provas que exigirão dos competidores muita concentração e energia.

Para garantir uma boa participação, o paraense Victor sabe que é preciso muito treinamento. Os preparativos do jovem incluem aulas

especiais com um instrutor do Senai, além das aulas do curso de graduação em Eletrônica pelo Iesam. Com cargas de 12h de atividades por dia, Victor se prepara para ganhar a disputa com o primeiro colocado e, então, preparar as malas para Londres.

Victor quer trazer no peito a segunda vitória consecutiva da modalidade Eletrônica Industrial para o Brasil, que na última edição do WorldSkills foi conquistada por um estudante de São Paulo. Ele sabe, no entanto, que será uma disputa acirrada. Mais de 1.200 mil competidores de mais de 60 nações irão disputar pela colocação máxima das mais 40 ocupações profissionais. ■



## Empresas descobrem as redes sociais

*Buscando aproximação com seus públicos e apostando na interatividade quase instatânea, pequenas e grandes empresas se aproximam das chamadas mídias sociais*

Você sabia que um em cada três brasileiros já está conectado à Internet? Esse total equivale a cerca de 70 milhões de usuários ativos do ambiente online, número que não para de crescer. Somente em 2009, 11 milhões de computadores de mesa e notebooks foram vendidos no Brasil. As informações são do IDC Brasil (International Data Corporation), empresa líder em inteligência de mercado, que divulgou, em março deste ano, um novo estudo

sobre o mercado brasileiro de computadores e internet.

De olho neste cenário, é bem possível que você já tenha ouvido falar de alguns nomes que fazem a cabeça de milhares de internautas pelo mundo afora, principalmente no Brasil, como o Twitter, Orkut, Facebook, YouTube, Formspring e MySpace. O que eles têm em comum? Todos são redes sociais, ou seja, são ambientes online que reúnem pessoas conectadas por um ou vários tipos de relações, sejam

elas de amizade, familiares, comerciais ou, ainda, que partilham crenças, conhecimentos e prestígio.

Com o aumento exponencial dos usuários nas redes sociais, empresas de todo o mundo voltaram suas atenções para esta nova tendência de relacionamento, principalmente para os profissionais de marketing e comunicação. De acordo com dados do IBOPE/NetRatings e da Agênciaclick, divulgados em 2009, cerca de 55 milhões de internautas

## PORQUE ADERIR ÀS REDES SOCIAIS

- ☑ Acesso rápido e fácil: com as ferramentas existentes, é muito fácil criar um ambiente onde as pessoas possam discutir, apresentar ideias e registrá-las para outras pessoas consultarem. Popularidade: mais de 80% dos brasileiros que se conectam a internet participam de algum tipo de rede social.
- ☑ A inovação aparece: o ambiente facilita o surgimento da diversidade de perspectivas e opiniões, condição para surgimento da inovação.
- ☑ Quebra da barreira geográfica: você pode conversar com qualquer pessoa independente da localização geográfica em que ela esteja.
- ☑ Comunicação direta: comunicação sem filtros. Não existe mais aquela de que “Quem conta um conto aumenta um ponto.”
- ☑ Identidade pessoal: oportunidade de mostrar quem você é, expressar opiniões e crenças.
- ☑ Referências: oportunidade de criar um grande conjunto de referências para posteriores consultas.
- ☑ Política de portas abertas: deixe a comunicação fluir livremente e você se surpreenderá com a capacidade de criar coletivamente de seus funcionários.
- ☑ Tecnologia simples e fácil: não é preciso ser um expert em tecnologia ou em construção de sites para montar sua rede social. Existem ferramentas que auxiliam na criação de um blog, por exemplo.
- ☑ Fonte: Mauro Segura, consultor da IBM

brasileiros usam as redes de relacionamento e programas de mensagens instantâneas. Este número representa aproximadamente 79% do total de usuários que acessam a Internet mensalmente.

Ainda de acordo com a pesquisa, campanhas realizadas por meio de redes sociais podem ter impacto de até 500 vezes mais do que as feitas a partir dos sites das próprias empresas. Por isso, há um interesse crescente das organizações em se conectarem e se aproximarem cada vez mais dos seus consumidores pelo ambiente online.

Uma das redes sociais que mais ganha destaque entre os internautas brasileiros é o microblog Twitter. Nele, os usuários têm a liberdade de se comunicar por meio da troca instantânea de mensagens, em até 140 caracteres, para os seus chamados “seguidores”. Somente em 2008, o Twitter cresceu 1.382%, e já contabiliza cerca de 10 milhões de usuá-

rios no Brasil. Uma audiência jovem e qualificada, com perfis de grande interesse para as empresas.

No livro Marketing 3.0, mais recente obra de Philip Kotler, considerado o papa do marketing contemporâneo, o autor considera o Twitter como uma ferramenta social mais simples que os blogs, pois os usuários podem facilmente enviar seus comentários de dispositivos portáteis como iPhones e Blackberries. Por meio do Twitter, os usuários podem compartilhar opiniões, divulgar suas atividades e até seu humor com amigos ou fãs. É o caso do apresentador de TV Luciano Huck, considerado um fenômeno do Twitter no Brasil. O apresentador possui quase dois milhões de seguidores e aproveita o microblog para publicar, durante a semana que antecede o programa Caldeirão do Huck, fotos e comentários sobre os bastidores da produção, e até comentários pessoais sobre assuntos que estão em alta na mídia.

## EM COMUNICAÇÃO DIRETA COM SEUS STAKEHOLDERS

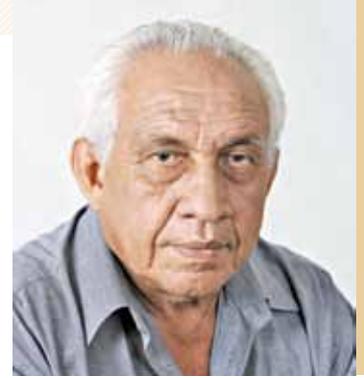
No campo empresarial, quem tem dado bom exemplo com o uso de redes sociais é a mineradora Vale. Recentemente, executivos da empresa decidiram lançar vários perfis nos principais sites de relacionamento com o objetivo de divulgar as várias oportunidades de trabalho e de formação profissional que a empresa oferece no mundo. A Vale acredita que a iniciativa propiciará interatividade e proximidade entre a empresa e os possíveis candidatos para seus diversos programas de recrutamento.

“A internet é um terreno fértil para chegarmos aos profissionais certos: gente conectada às tecnologias, que corre atrás do conhecimento e deseja encontrar uma porta de entrada para ingressar na Vale”, explica Hanna Meirelles, gerente de atração e seleção de pessoas da empresa.

A gestora de marketing da Trevisa Escola de Negócios, Adriana Arroio, diz que, há pouco mais de uma ano, ainda que timidamente, as empresas brasileiras têm aproveitado a interação das redes sociais para divulgar suas marcas. Para ela, o número de clientes de uma empresa pode aumentar em média 20% ao utilizar essa nova estratégia como forma de promoção.

Algumas das vantagens de se investir nesta plataforma são o baixo custo e o retorno em curto prazo. “Dá para mensurar os resultados entre 30 e 60 dias”, afirma. Porém, é necessário ter estrutura para que as empresas saibam lidar com os comentários positivos ou negativos. “Outra vantagem é que a interação permite transformar a imagem de uma empresa. Uma crítica pode rapidamente se tornar um elogio”, completa. ■

Economista e assessor econômico da FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará)



## DIVISÃO DO PARÁ: UM PREJUÍZO DE BILHÕES

Como não é surpresa, em nosso país questões de relevante interesse não são tratadas com a sua peculiar relevância. Entre tantos outros, o da criação de novos estados se insere nesse rol de irresponsabilidades.

Segundo o próprio Governo Federal, há 16 proposições de instalação de novas unidades federativas, o que não é de se espantar, tendo em vista o condão pelo qual os “caciques” de certos nichos eleitorais vislumbram novas oportunidades de cargos eletivos com mais repercussões negativas no bolso já tão afetado dos contribuintes.

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas demonstra que valor inicial de custeio para cada estado a se implantar é de R\$ 832 milhões e que cada habitante interfere nesse total com a carga negativa de R\$ 564, ou seja, para cada acréscimo de mil habitantes na sua demografia, mais de R\$ 564 mil se acrescentarão de despesas em serviços públicos nessa unidade instalada.

A esse custeio anteriormente mencionado, deve ser somado o arcabouço de instalação da burocracia que entre imobilizações em palácios, imóveis e veículos de representação e outros, estima-se um gasto da ordem de R\$ 3 bilhões, investimento esse de baixa repercussão no atendimento dos anseios sociais. Tudo isso que se resume impõe a necessidade de se procederem estudos que indiquem efeitos socioeconômico-financeiros decorrentes do novo estado, para que se comprove a sua eficácia.

Até hoje, todos os estados surgidos dos antigos territórios pela complexidade do funcionamento dos três poderes e mais as quinquilharias que representam os ditos tribunais de contas e um sem número de secretarias fazem com que eles não tenham autossuficiência financeira, representando em peso expressivo no já combalido orçamento federal. Orçamento este que convive com um gigantesco desembolso da ordem de 64% do PIB nacional, mesmo praticando acrobacias financeiras como, por exemplo, contabilizando com investimentos os formidáveis repasses que vem fazendo para o BNDES através da emissão de mais títulos públicos da dívida federal, para os quais se compromete pagar a SELIC, hoje de cerca de 10%, recebendo uma contrapartida de 6% de juros

devido pelos bancos.

No caso do Pará, o governo estadual informa que compromete 14% do PIB no seu orçamento de despesas, o que daria aproximadamente cerca de R\$ 7 bilhões para o Pará integral.

Havendo a divisão, o Pará remanescente praticamente herdará esse passivo, já em situação deficitária pelo grandioso corte que sofrerá espacial e financeiramente na sua arrecadação. Cada um desses novos estados somariam os custeios previstos e já citados que importariam, respectivamente, em 22,22% (Carajás) e 39,04% (Tapajós) dos seus respectivos PIB.

A justificativa chave proclamada pelos defensores da criação desses novos estados de que a maior proximidade centro-periferia na gestão dos recursos públicos levaria a uma melhoria na oferta dos serviços essenciais cons-

**No caso do nosso Pará, o governo paraense informa que compromete 14% do PIB no seu orçamento de despesas, o que daria aproximadamente cerca de R\$ 7 bilhões para o Pará integral.**

titucionais obrigatórios do estado é simplesmente uma falácia, como os fatos falam por si: os níveis dos serviços públicos aqui em Belém, na metrópole, são simplesmente deploráveis como se vê no noticiário cotidiano. No outro extremo, temos Sergipe e Alagoas, com áreas menores que o Pará, portanto com maior proximidade centro-periferia, e que, por isso, deveriam ser modelos inalcançáveis de bom atendimento das aspirações do povo, o que infelizmente também é uma deplorável falácia.

Para concluir, um breve alerta de que R\$ 3 bilhões para a montagem da infraestrutura de cada estado novo já é 50% mais do que os R\$ 2 bilhões que foram exigidos como um verdadeiro plano de desenvolvimento para os municípios situados no entorno da usina de Belo Monte, hoje exemplo de miseráveis de nosso interior. Logo, com esse montante não se precisa de todo esse mecanismo burocrático para elevarmos o patamar de felicidade desejado pela sociedade. ■

# INDÚSTRIA EM FOCO



O Trem Verde da Vale utiliza gás e biodiesel como combustível e opera na Estrada de Ferro Carajás. O projeto foi lançado pela empresa em 2009 com o objetivo de substituir o diesel e o óleo combustível por gás natural e biodiesel. Os primeiros testes foram conduzidos na Estrada de Ferro Vitória a Minas, uma das ferrovias mais produtivas e eficientes do mundo. Estimativas indicam que, com o uso do gás nas locomotivas da Vitória a Minas e da Estrada de Ferro Carajás, deixarão de ser emitidas, anualmente, 73 mil toneladas de CO2 equivalente por ano.

**ANÚNCIO**